

LAMPIÃO DA ESQUINA: entre formações discursivas, dissidências e práticas educativas queers

Robson Guedes da Silva¹
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Emilly Martins Silva²
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

Esta investigação analisa, mediante perspectiva arqueológica foucaultiana, as formações discursivas presentes em cinco edições do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). O arquivo compreende recortes das edições: nº 1, de 25 de maio a 25 de junho de 1978; nº 3, de 25 de julho a 25 de agosto de 1978; nº 8, de Janeiro de 1979; nº 12, de Maio de 1979; e nº 16, de Setembro de 1979. Objetivou-se investigar como o periódico articula enunciados dissidentes que contestam regimes de verdade naturalizados, mobilizando as hipóteses (objeto, sujeito, domínio associado e materialidade) da formação discursiva. Os resultados evidenciam estratégias de subversão de metanarrativas tradicionais, a reconfiguração de saberes sobre gênero e sexualidade e a materialização de práticas educativas alinhadas à teoria queer. Conclui-se que o jornal proliferou discursividades críticas, tensionando a relação entre poder, saber e práticas de subjetivação na construção de identidades LGBTQIAPN+.

Palavras-chave

Análise do discurso; Teoria queer; *Lampião da Esquina*.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Email: robsonguedes00@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0165-1430>

² Graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal da Paraíba. Email: emillyms05@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4800-8697>



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, desde que a obra original seja devidamente citada.

Introdução

Em abril de 1978, em meio à lenta abertura política brasileira, irrompia nas bancas um periódico que desafiava ferrenhamente o regime militar, o *Lampião da Esquina*. Fundado por onze homens “gueis”, o jornal não se restringia a denunciar a repressão estatal: construía uma epistemologia dissidente, articulando pautas queers, antirracistas e anticoloniais sob o cenário de censura civil-militar. Quando Foucault (2017, p. 90) argumenta que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta”, nos corrobora perceber como o *Lampião* era, portanto, um campo de batalha discursiva.

Para investigar a fundo esse jornal dissidente, este trabalho se debruçou sobre cinco edições do periódico, publicadas entre 1978 e 1979. A análise seguiu dois eixos principais, derivados diretamente das inquietações da pesquisa. Primeiramente, buscou-se identificar os saberes queerizados que o jornal mobilizava, investigando como seu discurso contestava os regimes de verdade naturalizados sobre corpo, gênero e sexualidade. Em um segundo momento, o foco foi mapear as estratégias discursivas utilizadas para essa produção de conhecimento, desvelando as táticas que permitiram ao *Lampião* não apenas veicular informações, mas forjar uma comunidade e pavimentar possibilidades para o movimento LGBTQIAPN+ que viria a emergir.

Abraçamos, como objetivo geral, o intuito de compreender processos educativos queerizados presentes no discurso de 5 edições do *Jornal Lampião da Esquina*. Ao passo que aglutinamos como objetivos específicos: identificar no *Lampião da Esquina* os saberes queerizados mobilizados pelo discurso do jornal; e mapear as estratégias discursivas utilizadas pelo *Jornal Lampião da Esquina* para a produção de conhecimentos sobre os corpos LGBTQIAPN+.

Concebemos, nutrindo-se desta investigação, que o *Lampião da Esquina* transcendeu seu caráter jornalístico para se consolidar como um laboratório de insurgência epistêmica e um autêntico processo educativo queerizado. Tal processo se materializava em suas páginas de múltiplas formas: na disputa pelo espaço público, onde se expunha a violência do Estado que tornava precário o corpo de uma travesti ou se politizava a ausência de um banheiro para desmascarar o pânico moral como ferramenta de gestão; na resignificação de insultos como “bicha”, forjando um sujeito

político que se recusava a ser silenciado; e, por fim, na desconstrução de saberes naturalizados, ao proliferar um conjunto de autocríticas sobre a performance de gênero na comunidade ou ao desvelar o discurso médico sobre a transexualidade como uma tecnologia de normalização, e não de cuidado.

Metodologia

O percurso analítico partiu da análise completa das 5 edições do jornal escolhidas, publicadas entre 1978 e 1979. A partir da leitura integral dessas edições, foi selecionado o arquivo final da pesquisa, composto por cinco seções – uma de cada edição. O critério para a seleção destes enunciados foi a sua capacidade de evidenciar algum tipo de prática educativa através de sua discursividade, fosse ela jurídica, moral, social, etc. Cada enunciado foi, então, submetido a uma análise arqueológica foucaultiana, que consistiu em investigar as hipóteses de sua formação discursiva: o objeto, o sujeito, o domínio associado e a materialidade; tensionando as condições de possibilidade que os tornaram possíveis.

A análise dessas engrenagens discursivas foi orientada pelas quatro hipóteses que constituem uma formação discursiva. Em primeiro lugar, a análise buscou definir as regras de formação dos objetos, não partindo de categorias pré-existentes, mas investigando como o próprio discurso os constituía a partir de superfícies de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação. Em seguida, foram mapeadas as posições de sujeito, investigando as regras que definiam quem detinha autoridade para enunciar (fosse por regramento jurídico, tradição ou legitimidade institucional) e as diversas maneiras pelas quais esse sujeito se situava em relação aos objetos do discurso.

Analizou-se, também, o domínio associado de cada enunciado, ou seja, a complexa rede de outros discursos com os quais ele dialogava, examinando suas séries enunciativas e esquemas retóricos para compreender como os refutava, se aliava a eles ou os ressignificava. Por fim, investigou-se sua materialidade, compreendida aqui como as possibilidades estratégicas que o discurso abria e sua função em relação às práticas não discursivas: sua capacidade de intervir na política e, fundamentalmente, de operar como prática educativa.

A análise do discurso, tal como proposta por Foucault, não se trata de um mero exercício linguístico, mas de uma investigação sobre as condições históricas que

tornam certos enunciados possíveis, e não outros. O conceito de enunciado, em Foucault, não se confunde com frases, símbolos ou palavras isoladas, mas designa uma função que inscreve o discurso em relações materiais de poder. Um enunciado só existe dentro de uma formação discursiva, sistema de regras que determina a emergência de objetos, conceitos e estratégias. Essas regras não são leis explícitas, mas regularidades históricas que organizam o dizível.

É necessário considerar que toda prática discursiva é, em sua constituição, um campo de forças no qual o poder e o saber se entrelaçam para produzir regimes de verdade, “esses regimes que não são universais, mas históricos, construídos na trama das relações que os engendram” (Foucault, 2017, p. 89). O *Lampião da Esquina*, em sua efemeridade insurgente, não escapou a essa dinâmica; antes, tornou-se um espaço onde se intentava desmontar certos regimes de verdade que patologizavam a homossexualidade, substituindo-os por contradiscursos que afirmavam a diferença como potência. Não se tratava de buscar uma “verdade homossexual” essencializada, mas de deslocar os sistemas de significação que reduziam corpos a diagnósticos e identidades a desvios. Buscava-se inverter a hierarquia entre “normal” e “anormal”, expondo a precariedade desses binários.

A coerência entre essa prática e o pensamento pós-estruturalista que aqui mobilizamos reside precisamente em sua recusa ao fundacionalismo. O jornal não se apresentava como portador de uma verdade transcendente, mas como um artefato contingente, atravessado por contradições e disputas, um instrumento que “capturava corpos, gestos, discursos, e os reinscrevia em novas redes de significação” (Foucault, 1987, p. 163).

O *Lampião da Esquina* não se limitou a denunciar a opressão; produziu novos saberes, novos modos de existir, tal como nos salienta Foucault ao apontar que “o poder não é apenas repressivo – é produtivo. Ele fabrica realidades” (Foucault, 2017, p. 89). O *Lampião* soube usar essa produtividade a favor da diferença. Ao publicar relatos de homossexuais em cidades do interior, longe dos guetos urbanos, o jornal deslocou a geografia do desejo, mostrando que a diferença não é desvio, mas multiplicidade irreduzível. Nesse sentido, o jornal opera uma discursividade educativa que não se confina às instituições formais, mas se espalha pelos interstícios da cultura. Educar, aqui, não é transmitir conhecimentos, mas desobedecer, criar linhas de fuga nos regimes de visibilidade e dizibilidade.

No caso do *Lampião da Esquina*, a homossexualidade, antes reduzida a um desvio pela medicina e pela moral religiosa, tornou-se objeto de um discurso político. Foucault lembra que "não são as coisas que comandam as palavras, mas as regras discursivas que definem o que pode ser objeto de discurso" (Foucault, 2009, p. 63), e o jornal operou nesse nível, deslocando o objeto homossexualidade do campo patológico para o político.

Resultados e Discussões

As regras de formação discursiva funcionam como ferramentas que delimitam não apenas o que é dito, mas quem pode dizê-lo. Durante os anos de chumbo, médicos, juristas e religiosos detinham o monopólio do discurso sobre sexualidade, relegando homossexuais ao silêncio e à marginalidade. O *Lampião* fustigou práticas de hierarquização ao tornar os próprios sujeitos marginalizados em autores de suas narrativas nas parilhas de experiências de afeto, violência e resistência, performatizando identidades que desafiavam as categorias binárias naturalizadas pelo poder.

Foucault afirma que "todo discurso está ligado a um sistema de exclusão que define seus sujeitos autorizados" (Foucault, 1996, p. 34), e o jornal tenta fissurar esse sistema ao conceder voz àqueles que, até então, eram apenas objetos de discursos alheios. Essa subversão não se limitou a temas ou vozes: atingiu a própria estrutura dos conceitos. Como posto, "certas análises gramaticais ordenam-se segundo relações de dependência, definindo domínios de validade e normatividade" (Foucault, 2007, p. 89), e o *Lampião* respondeu criando novas discursividades. O termo bicha, por exemplo, foi ressignificado de insulto a emblema de orgulho, em um processo de desconstrução do discurso naturalizado.

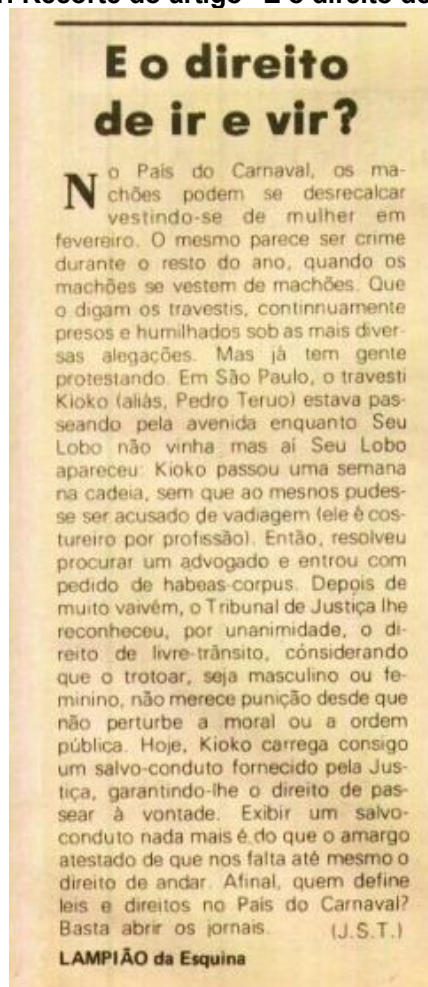
Ao publicar ensaios sobre a relação entre ditadura e controle dos corpos, o *Lampião* revelou como o poder se exerce não apenas através da força, mas da regulação dos prazeres e das identidades. Seus editores e leitores não apenas desafiaram a ditadura, mas reescreveram as regras do dizível sobre sexualidade, mostrando que a linguagem não é um reflexo da realidade, mas um terreno de luta em que identidades são negociadas e futuros podem ser imaginados. Nas palavras de Foucault, "o discurso é a vida que se defende" (Foucault, 2001, p. 167) - e o

Lampião defendeu-a até a última edição, deixando um rastro de palavras que ainda hoje ecoam como testemunho de suas reinvenções.

Em termos analíticos, nos dedicaremos à análise arqueológica do discurso sobre as cinco seções selecionadas do Lampião da Esquina. O foco, portanto, desloca-se no tensionamento e exame não do que os textos "significam", mas do que eles fazem: como produzem objetos, autorizam sujeitos e intervêm na realidade social de seu tempo.

Edição Nº 1, 25 de maio a 25 de junho de 1978, p. 9

Figura 1: Recorte do artigo "E o direito de ir e vir?"



Fonte: Lampião da Esquina (1978, p. 9).

A constituição de como o corpo legítimo é produzido e contestado no espaço público é mobilizada em um enunciado publicado na seção “Esquina” (Lampião da Esquina, 1978, p. 9), que descreve o caso de Kioko, uma travesti que, após ser presa

por passear pela avenida, conseguiu um salvo-conduto do Tribunal de Justiça, garantindo seu direito de livre-trânsito. Em vez de buscar uma verdade estática sobre o que constitui um corpo legítimo, o foco recai sobre as dinâmicas de poder que fabricam essa mesma legitimidade e quais são as condições de possibilidade para que o corpo travesti emergja como um problema a ser governado.

O objeto de análise é tensionado em diversas superfícies de emergência. A rua, o conjunto de festividades que configuram o Carnaval, os tribunais e as delegacias são os espaços onde esses discursos se constroem, naturalizando quais corpos podem circular livremente. O corpo dissidente, em particular, é o ponto de fricção entre eles, sendo constantemente vigiado e disciplinado. Sua presença é ora tolerada como espetáculo, ora criminalizada como desvio. As instâncias que delimitam esses discursos – autoridades, o sistema jurídico, a mídia – formam uma rede de saber-poder que rege práticas naturalizantes que determinam quem tem o direito de ocupar o espaço público.

O sujeito enunciator do discurso repressivo é legitimado por sua posição institucional, seja como autoridade policial ou jurídica. Sua fala é produzida em ambientes como prisões e tribunais, onde ele atua como um interrogador das normas sociais. Sua função transcende a aplicação da lei; ela é sustentada por discursividades excludentes, amplificada pela mídia e endossada pelo sistema jurídico, que constrói a travestilidade como um problema a ser controlado.

Os discursos que produzem e regulam o corpo de Kioko não operam de forma monolítica, mas se organizam em uma trama de séries discursivas. A primeira, a normativa-repressiva, é a mais visível: ela opera através das instituições policiais e judiciais para criminalizar corpos dissidentes, inscrevendo a travestilidade não apenas como um ato, mas como uma identidade perigosa que demanda vigilância. Contudo, essa repressão é articulada com uma segunda série, a de exceção cultural, que tolera e até espetaculariza a quebra de normas em contextos delimitados, como o Carnaval. Essa tolerância controlada não representa uma suspensão do poder, mas uma de suas estratégias mais sofisticadas: ao confinar a transgressão a um tempo-espaço festivo, ela reforça, por contraste, a rigidez da norma no cotidiano.

A terceira série, a de jurídico-resistência, emerge justamente na fricção entre as duas primeiras. O salvo-conduto de Kioko é o principal enunciado dessa série, representando uma forma de resistência que opera de dentro da própria lei. Não se

trata de uma vitória que anula o sistema, mas de uma apropriação subversiva de seus próprios instrumentos. Essa interdependência entre a lei geral e sua aplicação seletiva demonstra como a constituição formal de direitos é insuficiente quando os corpos sobre os quais eles deveriam incidir são politicamente construídos como precários e abjetos.

A materialidade do discurso revela incompatibilidades internas. A coexistência de enunciados que não pertencem à mesma lógica é evidente e demonstra a seletividade do discurso jurídico e sua aplicação desigual, que diferencia o aceitável do criminalizável. A análise das formações discursivas expõe como o corpo de Kioko é construído como um problema, mas é o conceito de precariedade de Judith Butler que nos permite compreender a violência material que essa construção autoriza.

Para Butler, a precariedade não é apenas a vulnerabilidade compartilhada por todos, mas uma condição politicamente induzida, na qual certos corpos são diferencialmente expostos à violência e à morte, sem que suas vidas sejam consideradas dignas de proteção ou luto. Essa condição é produzida por meio de normas que nos atribuem categorias que, ao mesmo tempo que nos tornam reconhecíveis, definem os perigos de uma existência não normativa. Como afirma Butler: “[...] são atribuídos a nós, gêneros ou categorias sociais contra a nossa vontade, e essas categorias conferem inteligibilidade ou condição de ser reconhecidas, o que significa que também comunicam quais podem ser os riscos sociais da não inteligibilidade ou da inteligibilidade parcial” (Butler, 2015, p. 236).

A necessidade de um salvo-conduto é a prova material desse risco social. Enquanto corpos normativos transitam livremente, o corpo de Kioko requer uma autorização estatal para exercer um direito fundamental, justamente por sua inteligibilidade parcial perante a norma. O documento, portanto, não anula sua precariedade, mas a institucionaliza, confirmando que sua vida carece da proteção implícita concedida a outros e que sua existência é vivida sob a ameaça constante da violência. O salvo-conduto, ao mesmo tempo que protege, inscreve e reitera a condição de alteridade e vulnerabilidade do corpo que o porta.

As formações discursivas do período da ditadura militar limitavam os enunciados possíveis, pois discursos afirmativos sobre diversidade de gênero colidiam com o regime heterocisnormativo e o autoritarismo institucional. Nesse contexto, o salvo-conduto de Kioko não foi um avanço em termos de direitos, mas

uma fissura burocrática que permitiu um recurso de sobrevivência. O texto jornalístico, por sua vez, assume uma função educativa ao narrar o episódio, expondo a contradição entre direitos formais e práticas sociais e, assim, desestabilizando os limites do que é considerado legítimo no espaço público.

Edição Nº 3, 25 de julho a 25 de agosto de 1978, p. 5

Figura 2: Recorte do artigo "As palavras: para que temê-las?"



Fonte: Lampião da Esquina (1978, p. 5).

Publicado na terceira edição do jornal *Lampião da Esquina*, em meados de 1978, o texto "As palavras: para que temê-las?", de autoria de Aguinaldo Silva, funciona como um manifesto que articula a linha editorial e política do periódico. O enunciado responde diretamente às críticas recebidas pelo uso de termos considerados pejorativos, como "bicha" e "boneca", e às provocações de setores da imprensa, nomeadamente de jornalistas como Roberto Moura e Ivan Lessa.

A argumentação central do texto defende a apropriação desses insultos como uma estratégia deliberada para "resgatá-las do vocabulário machista" e "desmistificá-las". O editorial postula que o medo dessas palavras leva à criação de eufemismos como a palavra "entendido" ou à importação de termos estrangeiros, como "gay", e propõe, em contrapartida, uma postura de confronto ativo que recusa o silêncio e a "suposta insignificância".

O editorial do *Lampião* intervém em um campo discursivo em que o homossexual já era um objeto constituído, emergindo de superfícies de emergência tais como, as delegacias e os quartéis dos órgãos de repressão do Estado, onde era associado à subversão; os consultórios médicos e os tribunais, onde o discurso médico-jurídico o enquadrava como patologia; e as páginas policiais da imprensa sensacionalista, onde sua existência era tratada como escárnio. As instâncias de delimitação que definiam este objeto eram, portanto, a Medicina, o Direito e o aparelho de segurança do Estado, que detinham a autoridade para nomeá-lo e circunscrevê-lo.

Nessas formações, o homossexual era um objeto sobre o qual se falava, mas que não detinha o direito de falar. A operação fundamental do texto de Aguinaldo Silva é propor uma nova grade de especificação para este objeto, deslocando-o do campo da moral, da medicina ou do crime para o da política. Isso ocorre através da articulação de novas oposições conceituais: em vez de normal/anormal, o texto estabelece a oposição entre "O Estabelecido" e os "grupos que não rezam por sua cartilha". O homossexual é, assim, redefinido como uma minoria política, e sua condição deixa de ser um comportamento individual para se tornar uma posição de resistência em uma luta por poder.

Para constituir esse novo objeto, o texto precisa forjar uma nova posição de sujeito autorizada a falar. O "nós" que enuncia não se posiciona como vítima, mas se autolegitima por um ato de vontade política ("perdemos o medo") e de competência

profissional ("os jornalistas que fazem Lampião"). A identidade desse sujeito é híbrida, articulando a autoridade do militante, que fala a partir da experiência da opressão, com a do jornalista, que detém as ferramentas da comunicação. Em vez de ter sua identidade mediada por um discurso de autoridade externo, o sujeito aqui se apropria dos meios para falar em nome próprio.

Essa posição enunciativa se define em relação aos objetos que manipula. Diante da linguagem, ele é um re-significador; diante dos adversários (Roberto Moura, Ivan Lessa), é um combatente. A ameaça de utilizar um "vastíssimo arquivo" contra detratores exemplifica essa posição: não é uma ameaça de violência física, mas de exposição informacional – um poder eminentemente jornalístico. Essa fusão constrói um sujeito que não apenas se defende, mas se impõe como agente ativo no campo discursivo.

A construção desse sujeito político se dá pela organização de um novo campo conceitual. Nota-se, primeiramente, uma clara dependência enunciativa: a série enunciativa proposta pelo Lampião – apropriação, confronto, ameaça – só existe como uma réplica, dependendo diretamente do enunciado-insulto que a precede no campo de presença discursivo.

Este novo campo se define também em seu domínio associado: ao nomear figuras do jornal 'O Pasquim' como "imprensa machista", o editorial estabelece uma fronteira não apenas com o regime militar, mas com setores da própria imprensa alternativa. O texto define que a luta contra a ditadura não garante uma postura não opressiva na esfera da sexualidade, filiando-se a um discurso de minorias que reivindica autonomia em relação à esquerda tradicional.

Uma operação conceitual igualmente significativa é a rejeição do léxico importado. Ao esvaziar o termo "gay" (traduzido como "guei"), o texto recusa um modelo de identidade universalizante e ancora a luta discursiva na linguagem vernacular brasileira. A insistência em usar "bicha" e "boneca", operando como um esquema retórico de subversão, é uma escolha estratégica para forjar uma identidade a partir dos próprios termos da opressão local.

A estratégia geral que unifica essas operações é a da apropriação e confronto direto. Ao trazer para o espaço público palavras confinadas ao insulto, o editorial do Lampião desafia ativamente a apropriação do discurso pelo poder e os papéis que silenciam certas vozes. A função desse discurso em relação às práticas não

discursivas é, portanto, intervir diretamente na realidade.

Ele opera como um dispositivo com uma tripla função: 1) Incitação, ao instruir sua comunidade a "perder o medo das palavras" e passar do silêncio ao confronto; 2) Dissuasão, ao usar a ameaça do "arquivo" para estabelecer um custo real para a agressão discursiva dos adversários; e 3) Legitimação, ao justificar a existência do próprio jornal como ferramenta indispensável nessa luta. O enunciado não apenas descreve uma posição política; ele a constitui e a torna operante. A reivindicação posta em evidência intenta mobilizar processos educativos formativos fortemente queerizados (Silva, 2023).

Edição Nº 8, Janeiro de 1979, p. 4

A oitava edição do *Lampião da Esquina*, de janeiro de 1979, debruça-se sobre um fenômeno comportamental emergente nos espaços de socialização gay urbanos: a ascensão de uma performance de masculinidade idealizada aos parâmetros da heterossexualidade. Traduzindo e adaptando um texto da revista norte-americana *Christopher Street*, o jornal descreve o "clone", um novo tipo gay que adota ostensivamente ícones da virilidade operária (calças jeans, botas, bigodes, cabelos curtos, corpo musculoso), abandonando os trejeitos classicamente associados a um homossexual afeminado.

O editorial analisa esse fenômeno não como uma simples moda, mas como uma transformação identitária complexa, inserindo-o em uma série discursiva mais ampla sobre o corpo homossexual. Questiona-se, assim, se essa nova performance seria uma libertação das antigas caricaturas ou uma nova forma de aprisionamento aos códigos da masculinidade normativa.

Inserido nesse debate, o ensaio "Louca e muito baratinada", da Frente de Libertação Homossexual (FLH), oferece uma chave de leitura teórica ao analisar a contraparte histórica do "clone": a figura da "louca". O texto parte de uma moldura marxista para argumentar que, numa estrutura social que aparenta reconhecer apenas dois papéis de gênero, a "louca", ao repudiar o papel masculino-machista, vê-se compelida a uma imitação caricata do feminino idealizado.

Figura 3: Recorte do artigo "Louca e muito baratinada"



Fonte: Lampião da Esquina (1979, p. 4).

Essa performance, longe de se configurar como um ato libertário, é interpretada como uma armadilha que leva à negação do próprio corpo e à reprodução da lógica heterossexual, mantendo o sujeito prisioneiro do mesmo sistema que busca abnegar. O objeto discursivo que o texto da FLH constrói emerge de múltiplas superfícies: manifesta-se nos espaços públicos onde a performance de gênero é avaliada e, de forma decisiva, na intimidade da relação sexual, onde as contradições do corpo se tornam mais agudas.

A autoridade para nomear e classificar este sujeito provém de certas instâncias de delimitação: a instituição familiar, o discurso médico-científico e o aparato midiático-capitalista. Tais instâncias operam a partir de uma grade de especificação

fundamental – o binarismo de gênero –, que compele todos os corpos a se alinharem com os polos de masculino ou feminino, produzindo um saber sobre eles. As séries enunciativas movimentadas são político-identitária, moral-ideológica e moral-comportamental.

O conflito, nesse sentido, pode ser lido como uma disputa pela posição de sujeito enunciador. O texto descreve um sujeito de poder difuso – um híbrido de legislador patriarcal, médico e publicitário – cuja função se articula em torno da normalização da sexualidade. Em contrapartida, a "louca" é, nesse prisma, analisada como o efeito de uma sujeição a esse poder. Ela não nasce "louca", mas é levada a se tornar uma por um processo de reconhecimento induzido. Essa sujeição pode ser compreendida pela teoria da performatividade de Judith Butler, que vê o gênero como uma construção social compulsória. Para Butler, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, que se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2003, p. 57).

Nesse sentido, a "louca" descrita pela FLH encarna essa estilização corporal repetida. Ao repudiar o papel masculino, ela é compelida a performar o único outro roteiro disponível: o da mulher. É através dessa repetição contínua, dessa imitação dentro de uma estrutura reguladora, que ela tenta se constituir como sujeito da acepção patriarcal, continuando assim prisioneira do esquema machista, mas sob uma nova ótica.

Essa lógica da imitação é estendida à "mulher que adota o papel masculino", cuja escolha, segundo a FLH, representa uma adesão ao papel do opressor. Essa visão, no entanto, pode ser complexificada pela teoria da performatividade de Judith Butler. Para Butler, a repetição de normas de gênero por corpos "inesperados" pode ter um efeito subversivo.

Na imitação paródica do gênero, há a implicação de que o gênero é uma imitação para a qual não existe um original; de fato, trata-se de uma paródia da noção mesma de um original [...] A performance paródica reitera e, ao fazê-lo, expõe o status fantasmático e a necessidade social da identidade de gênero como tal (Butler, 2003, p. 201).

Dessa perspectiva, a mulher masculinizada não estaria necessariamente "desembocando" no papel estável do opressor. Sua performance de masculinidade, executada por um corpo que não deveria portá-la, poderia funcionar como uma paródia que desnaturaliza a própria masculinidade hegemônica, revelando-a como um

conjunto de códigos repetíveis e, portanto, instáveis.

A consequência mais dramática do processo de sujeição, como aponta a FLH, é a "negação do próprio corpo". O pênis se converte em uma "moléstia", pois o desejo foi estruturado pela lógica do outro. Essa cisão gera uma "dicotomia angustiante", transformando a relação sexual em uma "caricatura da heterossexualidade". Essa estrutura de poder, que tende a ditar as conexões corretas entre corpo, gênero e desejo, foi analisada por Butler sob o conceito de "matriz de inteligibilidade heterossexual".

Na cultura em que vivemos, presume-se que a identidade de gênero se origine no sexo anatômico e que o desejo se origine na identidade de gênero. [...] Essa matriz de nexos supostamente causais entre sexo, gênero e desejo constitui o que chamarei aqui de "matriz de inteligibilidade heterossexual" (Butler, 2003, p. 238).

A "dicotomia angustiante" da "louca" sugere o resultado de sua tentativa de se tornar "inteligível" dentro dessa matriz. Para alinhar seu desejo e sua performance com a norma, ela sente a necessidade de apagar seu sexo anatômico, o elemento incoerente da equação. Em *Corpos que importam* (1993), Butler aprofunda essa ideia, argumentando que corpos que não se conformam a essa norma são frequentemente vistos como abjetos, como falhas na materialização do gênero. A relação se torna uma "caricatura" por ser uma reencenação forçada da cena heterossexual, buscando uma coerência que seu corpo desmente. Em vez de desafiar a matriz, ela parece se adequar a ela através da negação de si mesma.

Paul Preciado, anos mais tarde, definiria esse comportamento como o aprisionamento à "metafísica heterossexual". Para Preciado, a própria estrutura do sexo sob esse regime está viciada por perguntas que forçam a reprodução de papéis binários, tornando qualquer prática uma reencenação da norma. Ele aponta que "a questão não é saber quem faz de homem e quem faz de mulher, quem tem o dildo e quem não o tem, quem dá e quem recebe. Essas são as perguntas da metafísica heterossexual" (Preciado, 2014, p. 23).

O discurso da FLH define seu domínio associado ao estabelecer formas de coexistência específicas: ele opera a partir de um campo de concomitância, importando conceitos do marxismo como premissa geral para analisar um objeto de outro domínio (a identidade homossexual). Ao mesmo tempo, estabelece um campo de presença ao criticar e excluir outras formulações sobre o tema que considera reativas ou não politizadas.

A materialidade do enunciado, por sua vez, é determinada pelas possibilidades estratégicas que ele abre. A escolha de uma análise materialista em vez de uma celebração identitária cria pontos de incompatibilidade com outros discursos do movimento. A função estratégica desse discurso é, portanto, intervir diretamente nas práticas não discursivas – a vida política e os desejos da comunidade –, e é nessa capacidade de produzir efeitos reais que reside sua força material.

Portanto, a função deste discurso da FLH é a da autocrítica radical. Ele se recusa a celebrar identidades reativas e, ao fazê-lo, intervém diretamente nas práticas da comunidade, incentivando a busca por novas formas de ser e desejar que não se limitem a imitar os papéis postos pelo outro, mas que ousem romper com a própria estrutura que os sustenta.

Edição Nº 12, Maio de 1979, p. 4

Figura 4: Recorte do artigo "Todo mundo pro banheiro"



Fonte: Lampião da Esquina (1979, p. 4).

O editorial "Todo o mundo pro banheiro!", publicado pelo jornal Lampião da Esquina em maio de 1979, articula uma crítica contundente ao regulamento do recém-inaugurado Metrô do Rio de Janeiro, focando na decisão administrativa de não instalar banheiros públicos nas estações. O texto expõe a justificativa oficial – evitar a ocorrência de "coisas piores", um eufemismo para encontros homossexuais – como

sintoma de uma mentalidade preconceituosa por parte dos gestores públicos. A argumentação central desmonta a lógica de "proteção da maioria", ao afirmar que as necessidades fisiológicas são universais e que a própria população majoritária reivindicava os banheiros. O texto conclui com uma denúncia irônica da hipocrisia dos administradores, contrastando as supostas ameaças das minorias com o mau comportamento público dos próprios detentores do poder.

A análise arqueológica de uma controvérsia inicia-se pela identificação das regras que permitem a um determinado objeto surgir e ser problematizado. No caso analisado, o objeto não é preexistente, mas constituído por um conjunto de práticas discursivas, o corpo indesejável no metrô. Neste ponto, é pertinente conectar como a formação discursiva presente neste editorial dialoga com a primeira análise apresentada, sobre o 'caso Kioko' (Lampião da Esquina, 1978), em que a construção do corpo no espaço público também foi central.

As superfícies de emergência para este objeto são múltiplas: o recém-inaugurado Metrô, como símbolo material de uma nova ordem urbana; os gabinetes da administração pública e o discurso técnico-burocrático do Estado, de onde emana o "Regulamento de Transportes"; e as editoras da grande imprensa, que inserem a controvérsia no debate público. É nessas superfícies que a questão de quem pode circular no metrô se torna visível e enunciável.

A autoridade para nomear e classificar este objeto provém de instâncias de delimitação bem definidas, ou seja, a administração do Metrô e o Governo do Estado. Elas operam através de uma grade de especificação que combina noções de higiene, segurança e, fundamentalmente, moralidade. Essa grade, que funde a preocupação com a ordem espacial a um pânico moral, é uma herdeira direta do pensamento higienista que moldou as cidades brasileiras no início do século XX.

O higienismo, como projeto de poder, buscava impor uma nova ordem social através do saneamento do espaço urbano, o que incluía a remoção de corpos considerados desviantes ou "sujos". Conforme define Nicolau Sevcenko:

Na cultura em que vivemos, presume-se que a identidade de gênero se origine no sexo anatômico e que o desejo se origine na identidade de gênero. [...] Essa matriz de nexos supostamente causais entre sexo, gênero e desejo constitui o que chamarei aqui de "matriz de inteligibilidade heterossexual" (Butler, 2003, p. 238).

A figura da "travesti de baby-doll" é o exemplo extremo dessa lógica, por representar não um perigo real, mas a materialização de uma desordem moral que a

administração busca regular preventivamente. A ausência de banheiros, justificada pela prevenção das "piores coisas", é a consequência direta da aplicação dessa grade, funcionando como um dispositivo arquitetônico de "expurgo" que busca purificar o espaço e os corpos que o poder imagina como "degenerados". O conflito analisado é, também, uma disputa entre modalidades enunciativas. De um lado, temos o sujeito-administrador (Noel de Almeida, Cláudio Sena), autorizado a falar a partir do âmbito institucional do Estado e de um saber técnico-gerencial. Ele se posiciona como o protetor de uma "maioria" abstrata, um guardião da ordem e da moralidade.

Em oposição, o editorial do Lâmpião da Esquina constrói uma posição de sujeito radicalmente distinta. Ele se constitui como um analista cívico, que fala a partir da instituição da imprensa alternativa, usando a lógica e a ironia como seu principal esquema retórico. Ao analisar as declarações dos administradores, o editorial inverte a hierarquia do saber, tratando os gestores não como técnicos, mas como objetos de análise psicológica ("mentes doentias"). Essa construção de um sujeito enunciador que detém o poder da análise é um ato político fundamental para desestabilizar o discurso oficial, seguindo muito bem a intencionalidade do jornal.

A eficácia do editorial reside em sua habilidade de reorganizar todo o campo de conceitos associados ao debate. A forma de sucessão que ele articula se constrói em relação e em oposição a séries discursivas mais amplas — a jurídico-administrativa, a moral-conservadora e a jornalística-midiática. No interior dessa rede, o Lâmpião articula sua própria formação na seguinte sucessão: 1) Exposição da norma e de sua justificativa oficial; 2) Desconstrução da lógica administrativa através da ironia; 3) Articulação do problema específico com uma questão urbana mais ampla (a falta de banheiros na cidade); 4) Ressignificação da luta política (o "direito de entrar" nos banheiros como pré-condição para "sair do armário"); e 5) Denúncia final da hipocrisia do poder.

Nota-se, em toda a série, uma clara dependência enunciativa de refutação, e cada argumento do Lâmpião é construído em resposta direta a uma declaração oficial, que é citada para ser ridicularizada. Para tecer essa rede, o texto expande seu domínio associado para além da controvérsia imediata, conectando-a a um campo de concomitância mais vasto e politizado. Ele mobiliza o discurso do planejamento urbano, da história e da militância internacional ("Out of the closets"). Essa última

conexão é particularmente estratégica; o editorial não a adota passivamente, mas a critica, subordinando a luta abstrata por visibilidade a uma luta material e concreta pelo uso do espaço (Trevisan, 2000).

Ao fazer isso, define com precisão seu campo conceitual, recusando modelos importados e forjando uma pauta política própria, ancorada na realidade local. Não existia ali espaço para se discutir no jornal os debates estrangeiros quando a comunidade nacional nem acesso ao banheiro tinha. O texto estabelece um ponto de incompatibilidade central com a lógica administrativa, que opõe uma "maioria" moral a uma "minorias" perigosa, é declarada incompatível com a realidade material de uma população (incluindo a maioria) que possui necessidades fisiológicas universais. A economia da constelação discursiva é evidente na escolha de focar no direito universal ao banheiro em vez de se defender de acusações morais. Essa escolha torna o argumento mais poderoso e inclusivo, pois deixa de ser um problema de alguns, evidenciando que é um problema de todos. E, para além disso, é um problema recorrente da gestão.

Com isso, a função do discurso em relação às práticas não discursivas se torna clara e multifacetada. Sua primeira função é dismantlar a legitimidade do saber técnico-administrativo, expondo-o como uma fachada para o pânico moral. A segunda é politizar uma questão de infraestrutura, demonstrando que a decisão de construir um banheiro é um ato político que determina quem pertence à cidade. Finalmente, sua terceira função é forjar uma nova aliança política, unindo a pauta específica dos homossexuais à necessidade universal de todos os cidadãos, transformando a luta de uma minoria por acesso ao banheiro na luta de todos que possuem um sistema urinário e excretor funcional.

Edição Nº 16, Setembro de 1979, p.16

A nota "Transsexualismo no fim", publicada pelo Lampião da Esquina em 1979, noticia o fim de um programa cirúrgico para redesignação de sexo. O discurso médico-psiquiátrico que proliferou no Hospital Johns Hopkins, em Baltimore, a partir de 1966, não visava meramente mudar o sexo de seus pacientes; operava sob a regência de regras cujo fito era forjar um arquétipo específico de sujeito. O programa foi, desde sua gênese, uma tecnologia de normalização heterossexual, cujo desfecho se deu

pelo suposto fracasso dessa estratégia.

Figura 5: Recorte da nota "Transexualismo no fim"



Fonte: Lampião da Esquina (1979, p. 16).

Por meio de uma posição editorial de distanciamento e de uma moldura hiperbólica, o texto do Lampião opera para evidenciar como o corpo trans foi regulado por esse discurso médico, consolidando em uma prática educativa que reside na exposição das regras e da violência do regime de verdade que nomeava a transexualidade.

A análise de sua formação discursiva revela, primeiramente, a construção de um objeto generalizante: "o fim do transexualismo". Este emerge a partir de consultórios e comitês de gênero, onde o desejo do indivíduo se tornava inteligível para a medicina. O que o jornal deixa de especificar, no entanto, é a natureza profundamente restritiva do programa que noticiava.

A tecnologia médica de Johns Hopkins não estava disponível para todos; ela se dedicava a esculpir o que se pode chamar de "transexual elegível". Este objeto era esculpido mediante regras precisas, sendo que a principal especificação para discernir os candidatos era sua orientação sexual futura, pois o objetivo era garantir que a transição culminasse em um indivíduo heterossexual. Meyerowitz afirma que "o

objetivo do tratamento é permitir um ajustamento social satisfatório, que inclui a capacidade de formar um par heterossexual estável. A cirurgia não deve ser um meio para facilitar um estilo de vida homossexual” (2002, p. 173).

Dessa forma, produzia-se o "bom" sujeito – o futuro heterossexual – e excluía-se o "mau" sujeito – aquele que, antes ou depois da transição, seria gay ou lésbica. As séries enunciativas movimentadas aqui eram médico-científica; médico-endócrina; psico-comportamental; e sócio-regulamentadora. Quem enunciava era o médico-cientista. Ao ignorar essa complexidade e anunciar o “fim do transexualismo”, o Lampião transforma o colapso de um projeto de normalização específico – e já excludente – em um evento hiperbólico para a identidade trans como um todo, amplificando o alcance do poder médico.

Essa construção é sustentada por uma posição de sujeito enunciador que atua como um mediador. A voz do Lampião não se apresenta como analista, mas como um curador que seleciona e exhibe um artefato discursivo. A frase final, "Foi ele quem falou, não nós", é a chave dessa tática. Trata-se de um gesto que funciona em dois níveis simultaneamente; é tanto uma evasão da responsabilidade editorial de contestar a notícia quanto uma manobra retórica que reitera e sublinha o discurso de autoridade.

Para além disso, o procedimento ainda contava com um "Teste da Vida Real" (Real-Life Test), um dispositivo que compelia o candidato a performar a heteronormatividade. Este teste exigia a adoção de todas as convenções sociais do gênero-alvo, desde a retificação de documentos e a adoção de vestimentas e maneirismos apropriados, até a crucial demonstração de passabilidade e a capacidade de se integrar social e profissionalmente, como a própria diretriz médica elucida: “o candidato deve demonstrar, por um período não inferior a um ano, a capacidade de manter emprego e relações sociais estáveis no papel de gênero desejado. A 'passabilidade' social é um indicador prognóstico crucial” (Money; Green, 1969, p. 168).

O enunciado médico, portanto, transcendia o diagnóstico para proferir uma sentença sobre a capacidade de assimilação do indivíduo à ordem heterossexual. Seu domínio associado (ou campo de concomitância) importava massivamente conceitos da psiquiatria e da psicologia social, como "ajustamento psicossocial", "estabilidade" e "distúrbio". O conceito central de sucesso terapêutico não era a satisfação do

paciente com seu corpo, mas seu ajustamento a um modelo de vida que incluía casamento com o sexo oposto e emprego estável.

Neste ponto, a ambiguidade do Lampião se torna mais clara e problemática. Ao simplesmente retransmitir a versão oficial veiculada pela "Time", o jornal inadvertidamente ajudou a circular essa narrativa reacionária. A materialidade do enunciado e sua função educativa se consolidam, portanto, nesse ato de exposição ambígua. A tática do Lampião é a de promover uma literacia sobre o poder, tornando visível a própria engrenagem discursiva que produz o corpo trans como "distúrbio psiquiátrico".

Vale apontar que esse anúncio de “não haver ajustamento ao longo prazo” não era totalmente verdadeiro. A historiadora Susan Stryker (2008) demonstra que o suposto “fracasso” do programa foi uma narrativa forjada pela nova administração conservadora do hospital, que “transformou sua objeção moral em uma conclusão médica”. Essa nova conclusão, inclusive, contradizia artigos anteriores do mesmo hospital, como uma pesquisa com 24 pacientes, na qual apenas um não demonstrou sucesso no Teste da Vida Real. Segundo Stryker, a oposição de McHugh era de natureza moral e não científica, e ele instrumentalizou o estudo de Meyer para atingir um fim predeterminado: “McHugh, um católico socialmente conservador, opunha-se filosoficamente à cirurgia de redesignação sexual e usou o estudo de Meyer como justificativa para desmantelar um programa que ele já desaprovava” (Stryker, 2008, p. 114).

O “fim do transexualismo” representava apenas o fim de um programa violento contra corpos trans, independentemente de seus resultados. O enunciado, no entanto, serve também para revelar o retrato de um campo de batalha discursivo. Nesse campo, o fato de que aliados podem se abster, se atendo à verdade do discurso de autoridade — seja por falta de informação, seja por uma escolha editorial evasiva — coloca sobre o leitor todo o ônus da desconstrução, deixando a comunidade com a tarefa de interpretar por si mesma.

Considerações Finais

Este artigo objetivou investigar o jornal Lampião da Esquina, entrevendo como o periódico operou como um sofisticado instrumento de produção de práticas educativas queerizadas. A pesquisa demonstrou que, para além de sua função

informativa, o *Lampião* se constituiu intencionalmente como um instrumento de formação, utilizando sua discursividade para proliferar saberes e estratégias de resistência em meio ao regime civil-militar.

A análise do arquivo, centrada em 5 edições, permitiu evidenciar como essa prática educativa se articulava. A desconstrução do discurso médico sobre a transexualidade e a análise crítica sobre a performance de gênero na própria comunidade revelaram um esforço de reconfiguração dos saberes sobre corpo e identidade. Da mesma forma, a politização do acesso a banheiros e a ressignificação do insulto funcionaram como lições práticas, que ensinavam o leitor a identificar e subverter as táticas de poder inscritas na linguagem, na lei e na gestão dos espaços. Juntas, essas análises atestam a percepção de um projeto jornalístico-educativo coeso e intencional.

Conclui-se, portanto, que a abordagem do *Lampião da Esquina* foi a de uma educação fortemente queerizada. A principal contribuição deste projeto de pesquisa foi demonstrar, por meio da análise de discurso foucaultiana, a complexidade dessas estratégias, posicionando o jornal como um ator central na formação de uma politização queer no Brasil.

Referências

BIXÓRDIA. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, p. 12, jul. 1979.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of "sex". New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e a subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FRENTE DE LIBERTAÇÃO ARGENTINA NO EXÍLIO. Louca e muito baratinada. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 4, jan. 1979.

MEYEROWITZ, Joanne. **How sex changed**: a history of transsexuality in the United States. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

MANIFESTO INAUGURAL. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 0, p. 3, abr. 1978.

MONEY, John; GREEN, Richard (ed.). **Transsexualism and sex reassignment**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1969.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Carolina de Azevedo. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 2003.

SILVA, Aguinaldo. As palavras: para que têmê-las? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 5, 25 jul./25 ago. 1978.

SILVA, Robson Guedes da. Infâncias queers importam?! Precariedade, subjetivação e dissidências didático-curriculares. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 349–364, 2023.

STRYKER, Susan. **Transgender history**. Berkeley: Seal Press, 2008.

TODO MUNDO PRO BANHEIRO. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 4, maio 1979.

T., J. S. E O DIREITO DE IR E VIR? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9, 25 maio/25 jun. 1978.

TRANSSEXUALISMO NO FIM. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 16, set. 1979.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LAMPIÃO DA ESQUINA:

Between Discursive Formations, Dissent, and Queer Educational Practices

Abstract

This study analyzes, from a Foucauldian archaeological perspective, the discursive formations present in five issues of the newspaper *Lampião da Esquina* (1978–1981). The archive comprises clippings from the following issues: No. 1, May 25–June 25, 1978; No. 3, July 25–August 25, 1978; No. 8, January 1979; No. 12, May 1979; and No. 16, September 1979. The objective was to investigate how the journal articulates dissident discourses that challenge naturalized regimes of truth, drawing on the hypotheses (object, subject, associated domain, and materiality) of discursive formation. The results highlight strategies for subverting traditional metanarratives, the reconfiguration of knowledge about gender and sexuality, and the materialization of educational practices aligned with queer theory. We conclude that the journal proliferated critical discourses, challenging the relationship between power, knowledge, and practices of subjectivation in the construction of LGBTQIAPN+ identities.

Keywords

Discourse analysis; Queer theory; *Lampião da Esquina*.

Agradecimentos: não se aplica.

Agência financiadora Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (PROPESQ-UEPB).

Contribuições das pessoas autoras: Os autores (Robson e Emily) contribuíram conjuntamente na escrita – rascunho original; Escrita – revisão e edição; Coleta e curadoria de dados; Análise de dados; Robson contribuiu na orientação e/ou supervisão.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: não se aplica.

Conflito de interesses: Declaramos a inexistência de conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: não houve uso de IA.

Pessoa autora correspondente: Robson Guedes da Silva, Universidade Federal da Paraíba (UEPB), e-mail robsonguedes00@hotmail.com, endereço: Rua Roberto da Costa Pessoa, José Américo, João Pessoa-PB.

Recebido em: 03/02/2026

Aceito em: 21/08/2026